

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Urbana

AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA COM BASE NA AGROECOLOGIA E NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: CAMPO FÉRTIL PARA A RESISTÊNCIA POPULAR

FERNANDA SOARES ALVES ¹

HELENICE ALEXSANDRA FERREIRA ²

MARIA EDUARDA SANTOS SILVA ³

VITÓRIA VIVIAN CARDOSO DA SILVA ARAGÃO ⁴

RESUMO

O presente trabalho objetiva apresentar a Agricultura Urbana e Periurbana apoiada na Agroecologia e na Economia Solidária enquanto meio que viabiliza processos de resistência à sociabilidade imposta pelo modo de produção capitalista. Trata-se de um estudo exploratório com viés qualitativo de natureza teórica, baseado em revisão bibliográfica e dados secundários.

Palavras-chave: Agricultura Urbana e Periurbana. Economia Solidária. Agroecologia. Capitalismo. Resistência.

ABSTRACT

This work aims to present Urban and Peri-urban Agriculture supported by Agroecology and Solidarity Economy as a means to enable resistance processes to the sociability imposed by the capitalist mode of production. It is an exploratory study with a qualitative theoretical nature, based on literature review and secondary data.

Keywords: Urban and Peri-urban Agriculture. Solidarity Economy. Agroecology. Capitalism. Resistance.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte

³ Universidade Federal do Rio Grande do Norte

⁴ Universidade Federal do Rio Grande do Norte

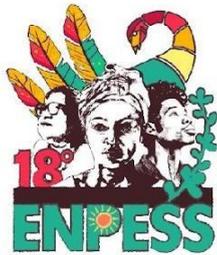
1. INTRODUÇÃO

Na hierarquia geopolítica da mundialização do capital, as políticas neoliberais impactam os países subdesenvolvidos de maneira distinta e, como consequência, em países de capitalismo dependente, como o Brasil, a realidade está marcada pelo aumento da pobreza e pela reprodução das desigualdades sociais, em um cenário onde se agravam a miséria e a fome da parcela mais empobrecida da classe trabalhadora. Nesse contexto, a Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) se insere como um campo fértil de resistência popular ao modelo atual de produção da insegurança alimentar e nutricional.

O presente artigo surge em decorrência da participação de discentes graduandas do Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em atividades de extensão promovidas pela Incubadora de Iniciativas e Empreendimentos Solidários (INICIES) no campo da AUP em diálogo com a Agroecologia e Economia Solidária. Dessa forma, busca-se compreender os significados e potencialidades dessas iniciativas diante das expressões da questão social, especificamente no que transcorre a superação da Insegurança Alimentar e Nutricional.

O fenômeno da urbanização se constituiu como parte do processo da expansão e acumulação de capital, provocando o processo de adensamento populacional em grandes centros urbanos, considerando as promessas de desenvolvimento. Todavia, esses espaços urbanos se tornaram lócus da pobreza, o impulsionamento à industrialização brasileira iniciada por volta de 1930 foi alicerçado no êxodo rural, na migração forçada de trabalhadores e trabalhadoras do campo, expulsos de suas terras, em direção às cidades recém formadas. Tal processo foi desencadeado em meio a substituição do trabalho humano pelo maquinário e na concentradora estrutura fundiária, obrigando milhares de famílias a buscarem emprego, salários e melhores condições de vida na área urbana (Vinholi et al., 2009).

Entretanto, é preciso ressaltar que o desenvolvimento das cidades aconteceu de forma desordenada, segregacionista e com a exclusão social de grupos marginalizados, incluindo os trabalhadores expulsos do campo. Conforme o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (2015) os reflexos dessa urbanização foram caracterizados pela expansão das áreas urbanas sobre as terras de produção de alimentos, o isolamento sócio-territorial da população mais vulnerabilizada, a deterioração ambiental e o acesso desigual aos serviços públicos de infraestrutura e investimentos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

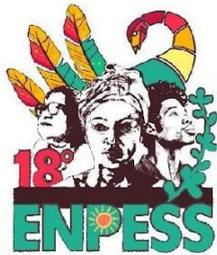
Diante da dinâmica sócio-histórica das últimas décadas do século XXI, voltada para o atendimento das demandas e interesses do capital, é emblemática a exclusão socioeconômica de alguns territórios nos grandes centros urbanos, onde ocorre a segregação do espaço a partir da especulação imobiliária, privatização de espaços e exclusão socioespacial. Em paralelo a isto, Azevedo e Alió (2020) demarcam a questão da disputa territorial, onde os setores econômicos hegemônicos predominantes são o mercado imobiliário, o sistema de comércio multifacetado, a indústria, a agricultura intensiva moderna, tal qual o agronegócio e o turismo de massas.

Nesse sentido, a lógica neoliberal se concretiza na especulação imobiliária e na seletividade econômica, social e espacial. Ininterruptamente, ocorre um processo de valorização de certas áreas em detrimento de outras, onde apenas algumas localidades recebem investimentos para se modernizar e melhorar a infraestrutura. Isso resulta em uma estrutura territorial desigual e produz espaços de exclusão, constituindo contrastes sociais que se expressam em bairros populares e nas periferias. Além do que, as realidades das cidades são diversas, se dão nos grandes centros urbanos das capitais, como também nas pequenas cidades interioranas, afinal o fenômeno da questão urbana possui diversas dimensões.

Posto isto, delinea-se o cenário de desigualdades sociais e econômicas que afetam as populações mais vulneráveis que vivem nesses territórios urbanos, onde estruturalmente e historicamente foram excluídas dos investimentos. Tal qual este contexto da realidade dos espaços urbanos repercute em outras questões sociais, como a fome e a insegurança alimentar.

As relações socialmente estabelecidas são também relações espaciais, haja vista serem circunscritas no espaço em produção. É neste, precisamente, onde estão concentrados todos os recursos explorados pelo capital para acumular, como são exemplares a força de trabalho e o próprio meio ambiente. Desse modo, apreender os mecanismos de reprodução do capital, a partir da sua lógica de acumulação, concentração e expansão nos permite perceber determinantes para entender a dinâmica societária, no seio da qual se produz, a um só tempo, expressões da questão urbana e da questão agrária. (Barros; Guimarães, 2019, p. 103)

Em virtude do espaço em produção, reprodução e transformação, o objetivo deste trabalho é pautar o importante significado das experiências de AUP, que têm se desenvolvido cada vez mais em diversas cidades ao redor do Brasil. Essas iniciativas se dão em decorrência da busca por alternativas de superação do cenário de fome e insegurança alimentar, tal qual segue a linha do que destacamos. Junto disso, também por outras motivações, como a busca por alimentos provenientes de cadeias produtivas mais sustentáveis ou como um exercício alternativo de aproximação com o plantio, entre outras razões. Por conseguinte, a temática tem ganhado



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

visibilidade tanto no campo da academia científica quanto nas políticas públicas e na agenda política do atual governo do Presidente Luiz Inácio da Silva.

Partindo do entendimento de que as cidades são espaços em constante mudança e se desenvolvem pelas ações que intervêm no espaço habitado por sujeitos sócio-históricos, visualizamos as experiências de AUP, as quais podem ser integradas à Agroecologia e Economia Solidária, contribuindo para a construção de outra sociabilidade nas cidades, favorecendo o acesso a alimentos saudáveis e nutritivos, por meio de relações autogestionárias em associações e cooperativas populares autênticas. Nesse aspecto, enfatizamos o seguinte pensamento do geógrafo brasileiro Milton Santos.

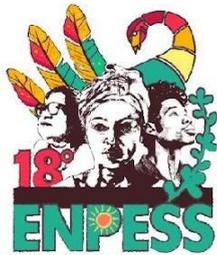
Cada lugar combina variáveis de tempos diferentes. Não existe um lugar onde tudo seja novo ou onde tudo seja velho. A situação é uma combinação de elementos com idades diferentes. O arranjo de um lugar, pela aceitação ou rejeição do novo, vai depender da ação dos fatores de organização existentes nesse lugar, quais sejam, o espaço, a política, a economia, o social, o cultural (...). Tanto o novo como o velho são dados permanentes da história; acotovelam-se em todas as situações. Mas se os elementos de uma dada situação trabalham em conjunto, é o novo que aparece como dotado de maior eficácia. O novo nem sempre é desejado pela estrutura hegemônica da sociedade. Para esta, há o novo que convém e o que não convém. O novo pode ser recusado se traz uma ruptura que pode retirar a hegemonia das mãos de quem a detém. (Santos, 2021, p.106)

Portanto, este trabalho tem como objetivo compreender o surgimento de experiências de AUP enquanto alternativa de fortalecimento de organizações populares no enfrentamento à insegurança alimentar e nutricional, verificando sua capacidade de favorecer o acesso ao Direito Humano à Alimentação Adequada.

A fim de alcançar o objetivo proposto, o presente trabalho está organizado em mais quatro seções, além dessa introdução, sendo elas: 1) apresentação sobre o direito à alimentação a partir das problemáticas e possibilidades que envolvem esse tema na sociedade capitalista brasileira; 2) discussão sobre a temática da AUP e sua multifuncionalidade integrado a Agroecologia, Economia Solidária (ECOSOL) e Educação Alimentar e Nutricional; 3) uma breve trajetória da política pública e dos espaços de Participação Social e Controle Social de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que dialogam com Agricultura Urbana e Periurbana, com ponderações sobre a agenda pública e gestão governamental; e 4) às considerações finais a respeito da temática e possíveis expectativas dos cenários para seu desenvolvimento.

2. DIREITO À ALIMENTAÇÃO NO BRASIL: PROBLEMÁTICAS E POSSIBILIDADES

A alimentação no Brasil atualmente é um direito respaldado em nossa Constituição Federal, no sexto artigo do segundo capítulo, dos direitos sociais (Constituição Federal, 1988).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Ademais, esse direito encontra base para sua concretização na lei nº 11.346/2006, a qual institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e busca assegurar e dar providências para o direito humano à alimentação, o qual conceitua no segundo artigo do primeiro capítulo, das disposições gerais, enquanto

[...] direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população (Brasil, 2006).

Entretanto, apesar de uma sólida base legal que impõe ao Estado a obrigação de garantir alimentação de qualidade para toda a população brasileira, diante da sociabilidade capitalista, em que o alimento é uma mercadoria e não um direito, a concretização de direitos e a preservação da dignidade humana encontra desafios estruturais. Dessa forma, para compreender a estrutura que o combate à fome e a toda a desigualdade presente na sociedade brasileira é preciso compreender o modo de produção aplicado no país e as relações sociais estabelecidas em nossa sociedade.

No Brasil, vivemos em uma sociedade capitalista, isso significa que a posse dos meios de produção é regulada a partir do ideário de propriedade privada, ou seja, apesar do trabalho ser necessário para a existência de todos, os meios de trabalho e os objetos de trabalho não pertencem a sociedade de modo coletivo, pois apenas um pequeno grupo de indivíduos detém a posse, e conseqüentemente o controle desse conjunto nomeado de “meios de produção”. Desse modo, a parcela da população que não tem a posse dos meios de produção, vê-se obrigada a vender sua força de trabalho para sobreviver, ficando sujeita ao controle da classe dominante que tem a posse dos meios de produção. Com isso, a organização societária dentro do modo de produção capitalista estabelece, enquanto consequência, relações sociais marcadas pela competição e pelo antagonismo (Netto; Braz, 2007).

Para além disso, o modo de produção capitalista atua a partir da Lei Geral de Acumulação do Capital, a qual existe a despeito de fronteiras políticas ou culturais. O objetivo central dessa Lei é garantir que a classe que tem a posse dos meios de produção consiga acumular riquezas em um ritmo de crescimento exponencial, o que, para se realizar, implica em redução na qualidade de vida da classe que não detém os meios de produção, a classe trabalhadora (Netto, 2001). Em síntese, as sociedades regidas por essa Lei Geral, inevitavelmente realizam a acumulação de riquezas nas mãos da classe dominante a partir da exploração e empobrecimento da classe trabalhadora.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Nessa realidade, a desigualdade se torna um fator permanente nas relações sociais, e para maior compreensão dessa desigualdade socialmente produzida surge o termo “questão social”, o qual é definido por Lamamoto (2000) como

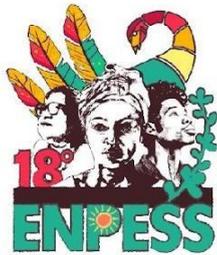
[...] conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (Lamamoto, 2000, p. 27).

Em vista disso, direitos como o acesso à alimentação de qualidade, apesar dos esforços do Estado, jamais poderão se concretizar de modo efetivo e igualitário entre todos os brasileiros dentro de um sistema de produção capitalista. Como consequência, a fome apresenta-se de maneira intensa na vida de inúmeros cidadãos. Segundo o Relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), publicado em 2023 e intitulado O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI), o Brasil permanecia no Mapa da Fome⁵, ao contabilizar 22,1 milhões de pessoas em situação de fome durante o ano de 2022 (Brasil, 2023).

Nesse contexto, no Relatório Mundial das Cidades de 2022, a Organização das Nações Unidas (ONU) nos alerta sobre o aumento do crescimento populacional urbano, estimando-se que a população urbana contabilize 68% do total global em 2050 (ONU Habitat, 2022). Além disso, o relatório destaca que o futuro da humanidade é incontestavelmente urbano, apontando que, apesar das dificuldades enfrentadas no século XXI, vide a pandemia da Covid-19, as cidades se encontram em tendência de expansão e retornam ao protagonismo enquanto espaços que proporcionam diversas possibilidades como empregos e refúgio de conflitos (*idem*). Desse modo, o combate à fome nas cidades deve ser uma prioridade dentro das políticas sociais no Brasil para atender as necessidades dessa população.

A partir disso, as práticas de Agricultura Urbana e Periurbana se apresentam enquanto instrumentos potentes para o enfrentamento desse cenário. Conforme afirma Hespanhol, Locatel e Silva: “(...) a agricultura urbana se insere como alternativa de segurança e soberania alimentar promovendo a aproximação entre produção e consumo, e fomentando as ideias de cooperação, autonomia e preservação ambiental (Hespanhol; Locatel; Silva, 2022, p. 50)”. Desse modo, a AUP pode ser um campo fértil para a conquista do direito à alimentação saudável e para a promoção e fortalecimento das organizações populares de resistência em áreas urbanizadas.

⁵ Em 2016, dois anos após a saída do Brasil do Mapa da Fome, o país inicia uma constante piora nos índices de segurança alimentar e nutricional que leva ao seu retorno ao Mapa em 2022 (Brasil, 2023). Essa realidade pode ser explicada pela conjuntura política desse período, marcada pelo avanço neoliberal que viabiliza golpe de Estado com o impeachment da presidenta Dilma.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

3. AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA: COMPLETUDE EM DIÁLOGO COM AGROECOLOGIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA

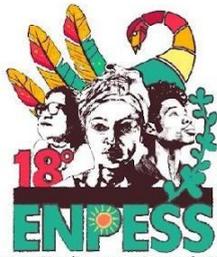
Conforme discussão apresentada anteriormente, é possível realizar reflexões a respeito do espaço físico e social das cidades e o papel dos órgãos governamentais para pensar alternativas que fomentem cidades mais inclusivas e ecológicas. Nesse sentido, a AUP é definida por Santadreu e Lovo (2017, p. 5) como

[...] um conceito multi dimensional que inclui a produção, o agro extrativismo e a coleta, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, ervas medicinais, plantas ornamentais, etc.) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao auto consumo, trocas e doações ou comercialização, (re) aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos sólidos, mão-de-obra, saberes etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades. Essas atividades devem pautar-se pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero através do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos promovendo a gestão urbana, social e ambiental das cidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e para a sustentabilidade das cidades.

A AUP vem se realizando através da organização comunitária em torno das práticas agrícolas em diversos contextos da vida urbana, como ao redor das casas com quintais produtivos e agroecológicos, bem como, em espaços coletivos, como hortas comunitárias, escolares e hospitalares, e em experiências de agroflorestas, ou outras formas de organização. É fato que essas iniciativas têm se provado um meio de acesso a alimentos frescos e saudáveis, além de serem alternativas de combate à fome e à insegurança alimentar, conforme Azevedo e Alió (2020, p. 12):

As territorialidades da AUP estão configuradas no plantio, na localização das hortas, na relação dos sujeitos com o entorno e com o poder público, mas também no trato com a terra, na colheita, na pesca e na atividade criatória. Também se manifestam, nas trocas comerciais e sociais de quem a desenvolve e a utiliza como fonte de alimentação, articulando diferentes formas de comercialização e destinos de produção, gerando fluxos e desencadeando diversos processos, produtos, sujeitos e grupos sociais.

Outra questão importante refere-se a caracterização das pessoas que trabalham com AUP. Vinholi et al. (2009), caracteriza alguns dos grupos que trabalham com agricultura urbana no Brasil, são eles: agricultores que plantavam em um espaço rural que foi transformado em cidade; pessoas que migram em decorrência do êxodo rural; pessoas de espaços institucionais e indivíduos envolvidos em movimentos sociais. Uma característica recorrente entre estes grupos é a vulnerabilidade socioeconômica e a invisibilidade social, o que faz com que a AUP apoiada



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

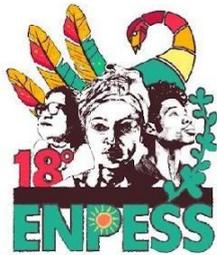
pelos princípios da economia solidária possa ser também uma alternativa de trabalho e desenvolvimento comunitário.

Os princípios orientadores para as práticas de economia solidária são a solidariedade, a cooperação e a autogestão em atividades orientadas pela sustentabilidade ambiental, pela valorização do trabalho associado e pela equidade com base na justiça social, além da promoção de formas de comércio justo e de consumo ético e responsável. Tais princípios também conferem maior qualidade no trabalho realizado por agricultores/as urbanos e periurbanos que atuam de forma associada. Dessa forma, através desses princípios, a AUP proporciona a produção local e consumo sustentável com a produção de alimentos frescos e saudáveis, a geração de emprego e renda e o fortalecimento da comunidade por meio das suas organizações.

A construção de iniciativas econômicas solidárias no Brasil tem se provado uma alternativa para a inclusão social como via de trabalho, expressando-se pela organização associativa e cooperativa. Silva (2011) analisa que a Economia Solidária funciona como estratégia para o desenvolvimento sustentável, considerando uma economia que leve em conta múltiplas dimensões – ecológica, social, ética, política e cultural – além da eficiência nas atividades produtivas, trata-se de uma economia que busca (re)incorporar valores na essência da economia e que não normalize a crescente desigualdade social.

Para além disso, as experiências de AUP que integram a agroecologia têm ganhado espaço. Provando multifuncionalidades, essas iniciativas permitem a construção da organização e cuidado coletivo de áreas de cultivo que abrangem desde plantas alimentícias até plantas medicinais. As práticas de AUP apoiadas no manejo agroecológico trazem benefícios em termos de manejo e recuperação de solos degradados, de compostagem de resíduos orgânicos, contribuindo também para enfrentamento às crises climáticas com uso dos recursos naturais de forma respeitosa. Isso significa que: “sempre que os manejos agrícolas são realizados conforme as características locais do ambiente, alterando-as o mínimo possível, o potencial natural dos solos é aproveitado” (Primavesi, 2008, p. 9).

Primavesi (2008) também apresenta aspectos norteadores do manejo agroecológico do solo, elementos são de suma importância para a produção de alimentos saudáveis e agroecológicos e que incluem a autoconfiança do pequeno agricultor. Logo, é a partir da agroecologia que o agricultor passa a se questionar, refletir e experimentar, recuperando e ganhando autoconfiança sobre sua forma de produzir alimentos em parceria e com respeito à natureza.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A construção de práticas de AUP orientadas pelo plantio agroecológico possibilita a produção de alimentos nutritivos e saudáveis, através de sistemas agroalimentares sem uso de agrotóxicos, promovendo o autoconsumo consciente e a segurança alimentar e nutricional. Integrando a segurança alimentar, a proteção ambiental e preservação das tradições culturais locais, o manejo agroecológico leva por exemplo, a retomada da relação com a terra articulada às práticas agrícolas de origem camponesa. Junto disso, possibilita a troca de conhecimentos, promove o convívio e diálogo social sobre os alimentos, contribui para o cultivo de alimentos populares e regionais, bem como recupera o saber de plantas nativas que estavam distantes das realidades do saber de algumas populações urbanas.

Logo, à medida que a AUP integra toda essa diversidade de funcionalidades, podemos constatar que a experiência de agricultura nos espaços urbanos percorre caminhos para a promoção da Educação Alimentar e Nutricional. No que se refere a esse conceito, detalha Santos (2010, p. 455):

No que tange à abordagem teórico-metodológica pensada para ações, marca-se um discurso em torno da educação alimentar e nutricional “transformadora” e dialógica, assumindo uma perspectiva “problematizadora”, com vistas a ultrapassar uma visão puramente instrumental e instrucional da educação, e passar a considerá-la como uma forma de realização da pessoa. Destaca ainda a importância de que as ações educativas sejam desenvolvidas no sentido de promover a autonomia dos indivíduos, baseadas na interdisciplinaridade e na transdisciplinaridade, respeitando as culturas, valorizando a história e a diversidade regional, ao mesmo tempo em que reconheçam os saberes populares e fomentem a biodiversidade local.

Dessa forma, conclui-se que quando experiências de AUP se integram aos princípios e práticas da Economia Solidária, por meio da autogestão e cooperação na produção agrícola e convivência comunitária, esse processo pode ser construído como alternativa de trabalho e geração de renda, por meio da comercialização do excedente da produção, gerando um comércio ético e solidário que beneficia o produtor e o consumidor, o que pode vir a constituir um ambiente de bem viver. Ademais, em diálogo com a agroecologia, a AUP encontra sua completude ao permitir a oferta de alimentos saudáveis nos circuitos locais e contribuir para a construção de soberania e educação nutricional e alimentar.

3. INTERFACES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN) E AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA (AUP)

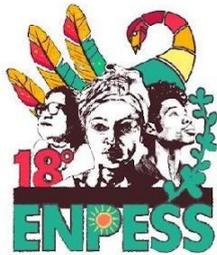
No atual contexto, as iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana, além de orientadas pela Agroecologia e Economia Solidária, dialogam diretamente com as políticas de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) - Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - é um importante marco institucional, com o objetivo de formular e implementar políticas e planos. O sistema é público, de gestão intersetorial e participativa, propondo e possibilitando a articulação entre as três esferas de governo – nacional, estadual e municipal – assim como com a sociedade civil organizada, para a implementação e execução das políticas de segurança alimentar e nutricional.

Na arquitetura organizacional do SISAN, têm-se a CAISAN (Câmara Interministerial de SAN) e o CONSEA (Conselho Nacional de SAN). Essas organizações democráticas sediam espaços de debate político e tomada de decisões numa arena de forças políticas. O CONSEA, enquanto espaço de participação e controle social, cumpre as funções de acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional do país. O CONSEA exerceu um papel estratégico na aprovação no Congresso Nacional da Lei Orgânica de SAN (Lei 11.346/2006) e da Lei da Alimentação Escolar (Lei 11.947/2009), respectivamente, LOSAN e PNAE. O marco institucional do SISAN e as instâncias organizativas que o compõem desempenham um papel significativo. (GOVERNO FEDERAL, 2024)

Todo esse aparelhamento da política pública de SAN é fruto da abertura política e da democratização do ambiente estatal no contexto do governo Lula, prolongando-se até o fim do governo Dilma. Durante esse período, de 2003 a 2015, o Brasil vivenciou avanços significativos, resultando no aumento da renda e da capacidade de compra das famílias para acessar alimentos. Consequentemente, houve uma redução significativa da insegurança alimentar e da fome. Todavia, as conjunturas se modificam mediante o jogo político das classes sociais e são cerceadas por um contexto de crises múltiplas – sanitária, alimentar, econômica, financeira e climática – de forma que essas crises interagem e se manifestam de várias formas na realidade.

Após o golpe contra a presidenta Dilma, abriu-se um cenário de desmonte das políticas públicas no Brasil, em particular das de Segurança Alimentar e Nutricional. Já entre 2017 e 2018, retornou-se aos altos índices de insegurança alimentar, demonstrando como, mesmo em um curto intervalo de tempo, as retaliações podem ser drásticas. Com o governo Bolsonaro, somado à pandemia do novo coronavírus, a destruição do sistema de proteção social tornou-se evidente em todas as suas áreas: saúde, previdência social e assistência social. Ao mesmo tempo,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

acentuou-se o poder das corporações e do agronegócio, além do aumento da liberação de agrotóxicos, o que afeta a segurança alimentar e nutricional da população. Assim, o governo federal durante a gestão de Bolsonaro não cumpriu seu papel na formulação e articulação de financiamento de iniciativas para garantir estratégias de combate à fome, desencadeando uma crise política.

Em 2019, o CONSEA Nacional foi extinto logo no primeiro ato do governo Bolsonaro, e a CAISAN Nacional se desarticulou, mas os CONSEAs Estaduais e Municipais existentes mantiveram-se resistentes. Bolsonaro sempre expressou desprezo pela pasta da política pública de combate à insegurança alimentar. Mesmo diante das condições da crise sanitária da Covid-19, o caminho do negacionismo da ciência pelo qual optou, apenas escancarou a fome. As conclusões do I e do II inquéritos sobre a Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil (I VIGISAN-2021; II VIGISAN-2022) revelam que a emergência sanitária agravou as condições sociais da população brasileira, aumentando a desigualdade social, afetando a renda familiar, alarmando o desemprego, a precarização e a flexibilização das relações de trabalho, além de causar endividamento das famílias. Esses estudos constataram outros indicadores sociais que interagem com a Segurança Alimentar e Nutricional e a Insegurança Alimentar, como questões de gênero, raça/cor e insegurança hídrica, que desempenham um impacto no acesso aos alimentos nos lares das famílias brasileiras.

A estruturação da política pública de SAN acompanha uma diversidade de públicos, e cada território tem suas particularidades. Para que a população alcance a SAN, é fundamental o acesso regular e permanente, com qualidade e regularidade. No ambiente institucional do SISAN, a intersetorialidade, a participação social e o controle social são primordiais. Ressaltamos o papel dos conselhos de participação social, que possuem capacidade de articulação e incidência política para a construção de soluções para os desafios sociais, bem como a importância da instância federal no repasse financeiro para incentivo das políticas públicas.

Ainda nesse sentido, é relevante enaltecer o papel das manifestações que ocorrem fora da estrutura do Estado, onde diferentes atores sociais se somam, como o Fórum Brasileiro de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional (FBSSAN), originado em 1998. O FBSSAN tem contribuído para um debate político contundente sobre SAN, articulando e mobilizando indivíduos, organizações, redes, movimentos sociais e integrantes da academia. Esses diferentes sujeitos sócio-históricos ocuparam e ocupam um importante papel na organização da sociedade civil e na luta pelos direitos da classe trabalhadora, principalmente no que se refere ao acesso às políticas

de SAN. Conforme Maluf (2022) analisa, a trajetória do FBSSAN foi responsável pela articulação que constituiu, em 1998, a organização de CONSEAs estaduais, mesmo quando o CONSEA Nacional estava inexistente.

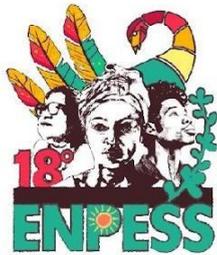
Isso torna evidente que em contrapartida a todo cenário de continuidade e descontinuidade que afeta as políticas públicas, há sempre a auto-organização de ações promovidas pela sociedade civil. Isso acontece devido à necessidade imposta pelas conjunturas de esvaziamento do campo de políticas públicas. Por essa razão, surgem experiências de AUP no combate à fome.

A difusão das iniciativas de AUP decorrem de ações espontâneas das populações e também têm sido fomentadas por projetos desenvolvidos por organizações da sociedade civil (OSCs) ou por órgãos públicos, criando um ambiente favorável na agenda pública. Assim, em 2023 foi instituído o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana por meio do Decreto Nº 11.700, de 12 de setembro de 2023, executado no âmbito dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; do Meio Ambiente e Mudança do Clima; e do Trabalho e Emprego. Desse modo, a AUP prova-se intersetorial, multifuncional e multidisciplinar, como uma política pública interministerial na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, ao mesmo tempo em que dialoga e intersecciona com o tema do trabalho, agricultura familiar e meio ambiente.

Fruto dos processos de diálogo social, a Lei 14.935/ 2024, instituiu a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, que inova em dois aspectos. O primeiro se refere à concepção abrangente de AUP (Art. 1º), abarcando atividades agrícolas e as pequenas criações de animais desenvolvidas nas áreas urbanas ou nas regiões periurbanas; e a produção, processamento, distribuição e comercialização de alimentos e outros bens para o autoconsumo ou a comercialização. O segundo aspecto é a integração ao sistema ecológico e econômico urbano (Brasil, 2024).

Outro programa estratégico que promove o diálogo entre a política de SAN e a AUP é o Programa Cozinha Solidária, instituído em 2023 pela Lei 14.628, regulamentado pelo Decreto nº 11.937/2024, que tem por objetivo fornecer alimentação gratuita e de qualidade à população, principalmente para atender o público em vulnerabilidade e risco social, o programa se dará em diálogo com outros programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Dessa forma, na medida em que se integram políticas públicas e programas como os de Agricultura Urbana e Periurbana, Cozinhas Solidárias e Programa de Aquisição de Alimentos, criam-se ações estratégicas complementares na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

(SAN). Por isso, é imprescindível que ações no que tange os programas públicos citados, se deem para além de políticas de governo, que sejam políticas permanentes e estruturantes de Estado.

É nesse contexto que tem sido desenvolvido o trabalho da Incubadora de Iniciativas e Empreendimentos Solidários da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (INICIES/UFRN) que articula ações integradas de ensino, pesquisa e extensão na promoção da AUP apoiada na agroecologia e na economia solidária contando com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar (MDA). Coordenado pela Pró-Reitoria de Extensão o projeto envolve outras Unidades da UFRN, a exemplo da Escola Agrícola de Jundiá e o Labnutrir, no Departamento de Nutrição, além de realizar a mobilização e articulação de parcerias com movimentos populares, órgãos governamentais e outras organizações da sociedade civil em áreas de periferia da Região Metropolitana de Natal. Além do RN, o Projeto reúne uma rede de pesquisadoras e pesquisadores de instituições de ensino e pesquisa, com abrangência em 09 (nove) Unidades da Federação (AM, PA, MA, CE, RN, PB, PE, SE e DF), com o objetivo de implantar 22 (vinte e dois) projetos de horticultura comunitária na perspectiva dos sistemas alimentares agroecológicos, visando o acesso a alimentos saudáveis, o desenvolvimento de tecnologias sociais e o enfrentamento às vulnerabilidades sociais.

O projeto (UFRN, 2024) está estruturado com base em quatro eixos estratégicos de atuação concebidos para fortalecer e promover práticas agrícolas sustentáveis dentro de ambientes urbanos e periurbanos, enfatizando a cooperação em vistas da melhoria das condições de vida nas comunidades envolvidas. O primeiro eixo é o do desenvolvimento, sistematização e disseminação de práticas agroecológicas, com cultivo agroecológico em canteiros econômicos, manejo e uso econômico de água; sombreamento; manejo e recuperação de solos e compostagem de insumos orgânicos. O segundo se refere às tecnologias sociais de segurança alimentar e nutricional com a diversidade de cultivo, preparo e aproveitamento de alimentos com base em produtos da horticultura. Em seguida vem o eixo do fortalecimento das organizações populares e incubação de iniciativas econômicas solidárias, promovendo a autogestão, as relações igualitárias de gênero, as estratégias de comercialização solidária e incentivo ao consumo ético e responsável e as iniciativas de finanças solidárias. Por fim, o quarto eixo se refere às tecnologias sociais de mapeamento colaborativo e georreferenciamento de iniciativas de agricultura urbana e periurbana.

Essa iniciativa demonstra a importância da integração de políticas públicas em torno de um objetivo comum. Somente assim, com o fomento contínuo e articulado de políticas públicas, de pesquisas e projetos de extensão, somados a organização da sociedade civil que se delineiam caminhos para a soberania alimentar (SubAl), resignificando a cidade, elevando a qualidade nutricional dos alimentos consumidos, valorizando a culinária e cultura alimentar regional, resgatando o papel social do alimento e construindo outra sociabilidade, orientadas pela autogestão e cooperação, e pela conscientização política.

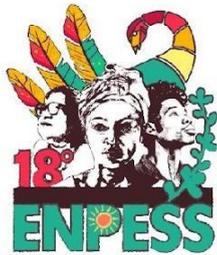
5. CONCLUSÃO

Nesse trabalho, buscamos evidenciar as contribuições da AUP enquanto prática que apresenta inúmeros benefícios, os quais se estendem para além dos agricultores vinculados a ela dentro da sociabilidade capitalista. Diante de uma sociedade marcada pela inevitável desigualdade decorrente do modo de produção capitalista e pelas expressões da questão social, a integração da AUP às práticas da Agroecologia e Economia Solidária proporciona a construção de relações mais solidárias e cooperativas, se distanciando da ideologia individualista propagada pelo capital.

Para mais, as práticas de AUP, conforme apresentadas, servem em benefício aos campos da saúde, ao combater a insegurança alimentar e nutricional, educação, ao promover conhecimento alimentar e nutricional e conscientizar sobre preservação ambiental, cultural, e sustentabilidade, ao adotar o manejo agroecológico. Além disso, é fonte de renda para inúmeras famílias, garantindo maior dignidade e qualidade de vida de modo geral para as populações urbanas.

Por isso, as políticas públicas e os programas que atualmente estão na linha de frente na promoção de ações de combate à fome e à insegurança alimentar se tornam fundamentais. É dever contínuo da gestão pública formular, implementar, executar, acompanhar e monitorar políticas e programas públicos de combate à fome e para inserção socioeconômica, por isto AUP, SAN e ECOSOL se integram e podem ser constituídas num ambiente institucional intersetorial. Sendo assim, a participação da sociedade civil dentro dos espaços de controle social exerce um papel indispensável para a materialização dessas políticas no contexto brasileiro, pressionando o Estado para efetivá-las e ampliá-las.

Nessa perspectiva, observa-se que a AUP apoiada na economia solidária e na agroecologia se contrapõe ao modelo atual de urbanização brasileiro e ao próprio capitalismo,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

apresentando mudanças na organização do uso dos espaços urbanos e promovendo a produção de alimentos orgânicos e a sustentabilidade socioeconômica dos agricultores, se apresentando, em sua totalidade, como campo fértil de resistência às práticas de exploração e socialização destrutivas promovidas pelo modo de produção capitalista. Por fim, é possível observar que tal contexto atrelado ao campo das políticas públicas também pode constituir um espaço para a atuação da profissão do Serviço Social.

6. REFERÊNCIAS

AZEVEDO, FF; PERXACS, H.; ALIÓ, MA. **DIMENSÃO SOCIAL DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA**. Mercator, Fortaleza, v. 2, pág. 1–16, 2020.

BARROS, Ilena; GUIMARÃES, Maria Clárisa. **Questão Agrária e Urbana no Brasil Contemporâneo**. In: MEDEIROS, Evelyne; NOGUEIRA, Leonardo; BEZERRA, Lucas. Formação Social e Serviço Social: A realidade brasileira em debate. São Paulo: Outras expressões, 2019, p.103-121.

BRASIL, Decreto n. 11.700, de 12 de set. de 2023. **Institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana e o Grupo de Trabalho do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana**. Diário Oficial da União, Seção 1, 13/9/2023, Página 2. Portal da Câmara dos Deputados, ano 24. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2023/decreto-11700-12-setembro-2023-794689-publicacaooriginal-169228-pe.html>>. Acesso em: 22 jun. 2024.

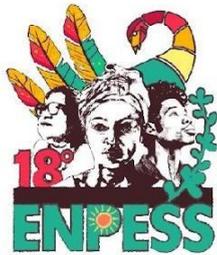
BRASIL. Lei nº 14.935, de 26 de julho de 2024. Institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. Brasília: Casa Civil, 2024. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14935.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.935%2C%20DE%2026,Art.> Acesso em agosto de 2024.

BRASIL, Decreto n. 11.937, de 5 de mar. de 2024. **Regulamenta o Programa Cozinha Solidária**. Diário Oficial da União, Seção 1, 6/3/2024, Página 1. Portal da Câmara dos Deputados, ano 24. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2024/decreto-11937-5-marco-2024-795354-publicacaooriginal-171159-pe.html>>. Acesso em: 22 jun. 2024.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Fome no Brasil piorou nos últimos três anos, mostra relatório da FAO**. Governo do Brasil, 12 jul. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/07/fome-no-brasil-piorou-nos-ultimos-tres-anos-mostra-relatorio-da-fao>>. Acesso em: 24 jul. 2024.

CNAU - Coletivo Nacional de Agricultura Urbana. **Subsídio para uma Política Nacional de Agricultura Urbana Periurbana (PNAUP)**. [2015]. Disponível em:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

<<https://aueufmg.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/07/subsidio-pol-nac-agric-urb-periurb.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2024.

CURAN, R. M.; MARQUES, P. E. M. **Multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana: uma revisão sistemática**. Estudos Avançados, v. 35, n. 101, p. 209–224, 2021.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo; LOCATEL, Celso Donizete; SILVA, Clécio Azevedo da (Orgs.). **Agricultura Urbana e Periurbana: materialidades, possibilidades e contradições**. Curitiba, CRV, 2022. 282 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. - 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

MALUF, R. S.; ZIMMERMANN, S. A.; JOMALINIS, E. **Emergência e evolução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (2003-2015)**. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 29, n. 3, p. 517–544, 2021.

NETTO, José Paulo. **Cinco Notas a propósito da “Questão Social”**. Revista Temporalis N.3, ano 2 (Jan/Jun 2001). Brasília: ABEPSS, Graffline, 2001 (p. 41-49).

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 3.ed. São Paulo, Cortez: 2007.

ONU HABITAT. **População mundial será 68% urbana até 2050. ONU Brasil, 11 de jul. de 2022**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/188520-onu-habitat-popula%C3%A7%C3%A3o-mundial-ser%C3%A1-68-urbana-at%C3%A9-2050#:~:text=No%20ritmo%20atual%2C%20a%20estimativa,crescer%20para%2068%25%20at%C3%A9%202050>>. Acesso em: 24 jul. 2024.

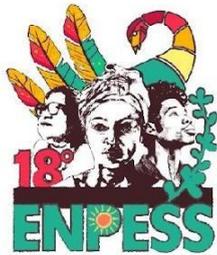
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Projeto de Agricultura Urbana e Periurbana Apoiada na Agroecologia e na Economia Solidária. Natal: UFRN, 2024. (mimeo).

Primavesi, Ana Maria. **Agroecologia e manejo do solo**. Agriculturas, Rio de Janeiro, v. 5, nº 3, p. 7-10, set, 2008. Disponível em: <<https://aspta.org.br/files/2019/10/artigo1.pdf>>. Acesso: 16 jun. 2024.

Rede PENSSAN. **II VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-10 no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf> . Acesso em 15 jul. 2024.

Rede PENSSAN. **VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-10 no Brasil**. 2021. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf . Acesso em 15 jul. 2024.

SANTADREU, A.; LOVO, I. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção: identificação e caracterização de iniciativas de AUP**



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

em regiões metropolitanas brasileiras. Documento referencial geral. Belo Horizonte: REDE, IPES - Promoción del Desarrollo Sostenible, RUAF – FAO, MDS, SESAN, DPSD n. 4, 2007. Disponível em: <<https://aueufmg.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/07/subsidio-pol-nac-agric-urb-periurb.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2024.

SANTOS, L. A. S. **O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão.** Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 453-462, 2012.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado.** 6. ed. São Paulo: Edusp, 1988.

SILVA, Roberto Marinho Alves. **Políticas Públicas de Economia Solidária: Avanços, Desafios e Perspectivas.** Revista Diálogo, Canoas, n.18, jan-jun, 2011, p.53-76.

Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). GOV.BR, 2024. Disponível em: Sisan — Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Acesso em: 02 jul. 2024.

VINHOLI, Ana Carolina. et al. **Cartilha de agricultura urbana com enfoque agroecológico.** Florianópolis: CEPAGRO, 2009. Cartilha. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2019/susan/CEPAGRO%3B%202009%20-%20Cartilha%20de%20Agricultura%20Urbana%20com%20Enfoque%20Agroecol%C3%B3gico.pdf>>. Acesso: 16 jun. 2024.

ZAAR, Miriam. A agricultura urbana e periurbana (AUP) no marco da soberania alimentar. **Sociedade e Território**, Natal, v. 27, n. 3. p. 26-44, Jul/Dez de 2015.